



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de assinatura
de atos relativos à Companhia Vale
do Rio Doce e à Ceval*

SÃO LUÍS, MA, 14 DE DEZEMBRO DE 1996

Senhora Governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney; Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney; Senhores Ministros de Estado que me acompanham; Senhores Parlamentares, em nível federal, estadual, municipal; Senhores Prefeitos; Senhor Francisco Schettini, Presidente da Companhia Vale do Rio Doce; Dr. Byron Queiroz, que é o Presidente do BNB; Senhores Empresários aqui presentes; Senhoras e Senhores;

O Senador José Sarney, que é conhecedor das histórias do nosso País, sabe que uma das características dos índios tupinambás, estudados por meu eminente mestre, Florestan Fernandes, é que, ao final da tarde, eles se reuniam, na aldeia, para tagarelar, e quem fosse mais capaz de tagarelar, mais subia na hierarquia do poder.

Nós somos tagarelas, Senador e Governadora. Nós, aqui no Brasil, temos que falar e repetir e falar quase o tempo todo. E isso nos dá prazer, sobretudo quando é para ouvir, como acabei de ouvir, palavras como as que a Governadora do Maranhão proferiu, que são palavras do seu entusiasmo com o País, do seu entusiasmo com o

Maranhão. Não são só palavras, porque estão respaldadas por fatos, e fatos muito significativos.

Hoje, no conjunto de medidas aqui assinadas, no que diz respeito a investimento, nós podemos calcular em cerca de 500 milhões de dólares o que se está investindo.

Perdemos um pouco, no Brasil, até o sentido dos milhões. Aqui, fala-se em bilhão como se fosse uma coisa normal. Meio bilhão é muito dinheiro. É isso que está sendo investido aqui no Maranhão, ou, pelo menos, o protocolo de intenções é de meio bilhão de dólares.

E isso se faz – a Governadora mencionou alguns dos fatores que levam a que se façam esses investimentos – porque nós, hoje, temos uma moeda estável, temos uma política econômica definida e temos estabilidade política.

O fundamental é que o Brasil, hoje, vive um momento de convergência. Há pouco, na presença da Governadora, do Presidente do Congresso, do Arcebispo de São Luís, numa pequena comunidade próxima de São Luís, onde nós estávamos fazendo distribuição de títulos de propriedade de terra, em assentamentos rurais, eu dizia que o importante é que haja uma certa convergência, para que nós possamos mudar o Brasil, como estamos mudando.

Isso não pode ser fruto, apenas, dos que mais são capazes de falar – o tagarela-mor sou eu. Não dá. É preciso que seja fruto de um sentimento que percorra o País inteiro. Tem que ser uma vontade nacional, que se expresse por ações. O que não quer dizer, nessa convergência, que haja unanimidade, nem que os pontos de vista sejam sempre os mesmos. Há, naturalmente, num processo democrático, divergências, há conflitos, mas há que haver convergência no objetivo.

Creio que é isso o fato novo no Brasil dos nossos dias: é que há convergência de objetivos. O Brasil cansou de ouvir dizer que nós estávamos à beira do abismo, que não havia o que fazer. Ninguém aceita mais uma linguagem pessimista. Os dados de todas as pesquisas que se publicam mostram isso. O povo está mais satisfeito com a vida hoje do que estava antes e otimista com relação ao futuro.

Vez por outra, há pessoas que fazem apostas negativistas, projeções pessimistas. Não têm base no sentimento do País. É claro que o sentimento, só, não resolve, é preciso que haja condições objetivas. Mas, sem que haja um sentimento de crença, tampouco se consegue encaminhar nada.

Pois bem, eu acho que hoje, no Brasil, existe esse sentimento de que nós estamos numa fase de transformação. O Brasil cansou, portanto, da inércia. Não aceita mais a desculpa de que não pode ser, não dá para fazer. Dá para fazer, vamos discutir como, com que forças, vamos dialogar, mas vamos construir.

Essa busca permanente de inovação é o que tem caracterizado o Brasil, eu diria que na última década, e que se foi consolidando, pouco a pouco. E este é o momento de nós colhermos os frutos dessa vontade nacional, que se está concretizando com muita nitidez.

Vejam o empenho do Congresso Nacional, por mais que haja, com frequência, notícias, vez por outra, até desabonadoras. Creio que o Senador Sarney saiba muito mais que eu, porque tem mais experiência – não é mais velho, mas tem mais experiência legislativa que eu. Ele sabe, perfeitamente, que é muito difícil encontrar paralelo, em termos do que o Congresso está fazendo: leis aprovadas, transformações, emendas constitucionais. Muito dificilmente se encontrará outro momento na História, dentro da democracia, com um elã transformador tão grande, mesmo em comparações internacionais. Mesmo em comparações internacionais.

Então, aí também, no plano do marco jurídico brasileiro, nós estamos modificando, porque ele tem que se adequar aos desafios do nosso tempo, e nós estamos fazendo essas transformações.

Eu mencionava, também, nesse encontro, nessa manhã, com essa comunidade de pessoas que ganharam acesso à terra, a importância de algumas medidas específicas sobre o marco jurídico, no que diz respeito às relações de propriedade e às relações sociais. O Senado aprovou por unanimidade o rito de desapropriação sumária. Isso era impensável há seis meses – não é há seis anos; há seis meses. Aprovou, evidentemente, levando em consideração ponderações havidas pelos vários se-

tores da sociedade, porque nós não queremos, naturalmente, criar desassossego a partir de uma base jurídica nova. A base jurídica nova não significa que, a cada instante, as pessoas não saibam onde está o direito de propriedade, mas significa que, havendo base efetiva para a desapropriação, os óbices tribunalistas não vão ter mais efeito.

Eu acho que é muito importante que se tenha essa sensação de que o Brasil está caminhando, e caminhando com o respaldo – com muita força – do conjunto da sociedade.

Eu diria mais: diria que, hoje, nos vários Estados – eu percorro o Brasil por prazer e dever de ofício –, percebem-se marcos importantes. Aqui, é indiscutível. É indiscutível. O Governo foi capaz de sanear as finanças, um processo necessário, por mais doloroso que seja, porque, quando não feito, tem como consequência que o povo paga. Então, é preciso ter a coragem de tomar as medidas que se impõem. Aqui se vê esse elã, no sentido da transformação econômica, e se vê, também, como já assinalou a Governadora, que isso se junta à preocupação com aquilo que é fundamental, que é formação de gente, é educação, é a questão relativa à oferta do emprego, que seja um emprego produtivo. Para dizer numa palavra: a dimensão social.

Labora em grave erro quem pensa que a dimensão social está separada da dimensão econômica e vice-versa. Labora num erro trágico. A mim, apiada-me ver tanta gente de boa intenção dizendo que o Governo só cuida do mercado. Meu Deus, um Governo que só cuidasse do mercado estaria perdido, porque o mercado, o que ele menos quer é o Governo. O Governo tem que cuidar de si mesmo e do povo, tem que criar as condições para que, numa economia de mercado, que deve ser uma economia o mais flexível e desenvolta possível, haja também áreas nas quais as políticas sociais possam permitir as transformações indispensáveis para o próprio êxito do mercado. É uma visão retrógrada, atrasada a de fazer uma oposição entre o econômico e o social. Não é assim.

E o Maranhão é exemplo disso. Ao mesmo tempo que investimos aqui, estamos distribuindo terra, estamos criando condições de trabalho e treinando mão-de-obra. E há uma outra convergência: nada

mais será feito no Brasil se não houver, de novo, a ação conjunta do Governo Federal, do governo estadual e dos governos municipais. Nós estamos descentralizando fortemente, fortemente. E, ao descentralizar, nós estamos mudando a estrutura do Estado, e mudando fortemente.

A reforma do Estado não é apenas aquela que se esgota num enunciado legal a respeito dos funcionários ou mesmo do organograma do Estado. É a reforma da mentalidade no Estado e é a noção de que é preciso compartilhar as responsabilidades das políticas públicas nos vários níveis de administração e engajar-se, sobretudo no nível das prefeituras, com a sociedade civil. Estado moderno é Estado poroso, é Estado no qual a sociedade penetra sem desfigurá-lo e é também Estado que não pretende manipular a sociedade civil.

Essa reconstrução, que vai além do Estado, que é da base democrática da vida nacional, está ocorrendo. E está ocorrendo com naturalidade. É muito difícil. Eu dizia, há pouco, a Dom Paulo Ponte, que me falava sobre o Pronaf, que o problema, hoje, em certos programas do Governo, não é recurso. Nós estamos começando – insisto no “começando” – a dispor de mais recursos e de capacidade de bem geri-los. Quando a finança se organiza, à medida que nós reconstituímos fontes financeiras, alguns bancos oficiais passam a ter recursos.

Um exemplo é o Banco do Nordeste, outro é o BNDES. O Banco do Brasil ainda não, porque está num esforço grande para se reconstruir. Outro é a Caixa Econômica, que dispõe, hoje, sozinha, de mais de 10 bilhões, repito – bilhão é muito dinheiro –, 10 bilhões de reais para colocar em saneamento básico e habitação popular. O BNDES, sozinho, tem um orçamento maior que o do Banco Mundial, para atender a programas de desenvolvimento.

O Banco do Nordeste recompôs suas finanças. Faço, aqui, de público, um elogio ao Banco do Nordeste, como já fiz, em outras ocasiões, porque ele começou a enfrentar o problema que eu mencionava há pouco: a capilaridade entre os órgãos estatais e a sociedade. Como fazer chegar os recursos disponíveis àqueles que precisam? E

aqui nós contamos, já, por centenas de milhares os contratos que o Banco do Nordeste está fazendo com os pequeninos, até mesmo deslocando pessoas à base das comunas, para que lá os financiamentos possam ser feitos.

A Caixa Econômica está passando pelo mesmo processo, porque ela estava com a boca torta, preparada, sempre, para oferecer dinheiro às grandes empreiteiras, algumas das quais quebravam e não pagavam, ou aos estados, que tampouco pagavam. Agora estão pagando – e muito, diz a Roseana. E fazem bem em pagar, e vão pagar mais ainda. É a única maneira de fazer chegar ao povo esse dinheiro, para reconstituir os canais que permitem os programas de habitação popular, os programas de saneamento. Eu já disse o número disponível de recursos para esses programas.

Falta, portanto, uma espécie de engenharia institucional: fazer com que as estruturas do Estado sejam permeáveis às demandas efetivas da população, sobretudo da mais carente, da mais pobre.

Mas isso tudo é um desafio positivo, que motiva, e me alegra ver aqui, no Maranhão, que esse desafio está sendo tomado com muita garra, com muita vontade de acertar, e que nós estamos transformando, com mais velocidade ainda, o estado. O progresso é nítido. Esse progresso, eu não diria que no mesmo grau existe em todos os estados do Brasil, mas já é perceptível no conjunto do Brasil.

Não quero cansá-los. Quero apenas lhes dizer, voltando ao tema que mencionei de que não se deve separar o econômico do social, que nós estamos enfrentando o problema mais desafiador do mundo contemporâneo – que é o desemprego – gerando investimento. Não há outro modo, porque, como o Governo não produz dinheiro, ele produz é inflação, produz é imposto – a inflação é um imposto; como ele não produz dinheiro, é preciso que se crie a riqueza e, ao mesmo tempo, que a distribuamos.

Quando assumi o Governo, havia produção de automóveis em dois estados – São Paulo e Minas Gerais. Hoje, São Paulo tem mais fábricas do que tinha há dois anos, já feitas, como a de São Carlos, de motores. Minas Gerais tem mais fábricas: projetos estão em constru-

ção, como o da Mercedes, em Juiz de Fora, como o da Fiat, que dobrou a sua fábrica. Nós acrescentamos a isso o Rio de Janeiro, o Paraná, o Rio Grande do Sul. Haverá uma fábrica de motores em Santa Catarina. E estou ansioso para ver espriar-se, também, pelo Nordeste alguma possibilidade da mesma natureza.

Isso mostra que está havendo um espraiamento da produção de riqueza. Esses projetos aqui anunciados, a ação da Vale do Rio Doce, aqui anunciada, a ação do BNDES estão a demonstrar que nós estamos começando, realmente, a investir de forma mais equilibrada e diminuindo as diferenças regionais, condição *sine qua non* para que melhore a condição de vida do povo, também.

E, para finalizar: o esforço que está sendo feito na área educacional é imenso. É imenso e vai ter resultados. O Congresso aprovou uma medida da maior importância, que é o Fundo de Valorização do Professor. Esse fundo beneficiará, diretamente, o Nordeste e o Norte, porque leva à redistribuição de recursos, leva a que o gasto *per capita* dos estudantes seja, pelo menos, uma base de 300 reais e que o gasto médio com o professor também alcance esse número.

No Sul e no Sudeste, quando falo em 300 reais para um professor, acham pouco, e os sindicatos se organizam logo, e gritam, e têm uma ação corporativa, e tentam desmoralizar o Governo. Mas, quem conhece a realidade, quem sabe quanto ganha, de fato, um professor nas zonas mais pobres do Brasil sabe que isso vai multiplicar por três, quatro ou cinco o salário do professor. Vai colocar um problema difícil para os governadores, porque vai obrigá-los a uma certa reorganização da hierarquia salarial no ensino. Mas é por aí que se mudam as coisas, mexendo naquilo que é fundamental, como é o caso da educação.

Eu disse que ia finalizar, e vou finalizar com outro anúncio, que é algo também muito importante. É que nós vamos lançar aqui e no Ceará, em pouco tempo mais, com o Ministério das Comunicações, 2 mil quilômetros de fibra ótica, num sistema que vai ligar todos os municípios do Estado do Maranhão. Na própria segunda-feira.

Então, isso está acontecendo no Brasil. Daqui a pouco, nós iremos a Alcântara, aqui ao lado, no Maranhão, e Alcântara, bem encamiñado – o Presidente Sarney sabe disso, porque foi ativo propulsor do programa –, nós vemos possibilidades aí de falar em bilhões outra vez, porque Alcântara tem uma vantagem comparativa enorme, em termos de lançamento de foguetes. E foguetes, hoje, são fundamentais por causa dos satélites que vão junto. O Brasil não tem nenhuma aspiração, nem vai, jamais, fazer utilização belicosa deles. Mas fará, sim – como já estamos fazendo –, provavelmente nos próximos dois ou três meses, lançar o nosso primeiro foguete de maior alcance, com satélites. Isso vai nos colocar entre os poucos países – oito a dez, não mais que isso – que têm capacidade tecnológica para realizar, autonomamente, como nós estamos fazendo, um programa de veículos lançadores de satélites. E a base de Alcântara tem uma localização privilegiada, porque está próxima do Equador, e isso economiza muito, em termos de combustíveis, e tem muitas vantagens, também, no direcionamento dos satélites, dos foguetes.

De modo que quero dizer que são muitas as razões para termos crença neste país, para estarmos felizes com as mudanças que estão ocorrendo, e que essas razões aumentam quando se vê um governo, como o do Maranhão, chefiado pela primeira mulher que foi eleita Governadora, com essa garra de ir mais depressa nas transformações.

Muito obrigado aos senhores.